



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº *CC*

do processo nº 01 – PL 875 de 2017,

07, 03, 2018

(a)

Local Economic Development
Technical Administration
R/S 11-1-83

LIDO HOJE

ÀS COMISSÕES DE: 06 MAR 2018

Const. Just. e Leg. Participa.

Administração Pública,

Finanças e Orçamento.


PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

07/ MAR/ 2018.

~~Antonio Isoldi Caleari~~

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E APOIO À ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSTURAS

EM 09/03/2018 ÀS 15 hs
POR Beatriz

SAÍDA: 04/04/18 ÀS: 16 h 00 ASS.: Beatriz

09/03/2018

09/03/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguim (ano) (mes) (dia) (hora) (min) (seg)

07/08 04/04/18

Livia
Livia Salomão Nogueira
Técnica de Apoio
CPF: 11.274



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

fls. 9
Folha 07
Proc. Nº. 875 / 17
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0875/17

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, que altera os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica;
- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – cópia parcial;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo – cópia parcial;
- Lei Municipal nº 10.089, de 26 de junho de 1986, que cria Subprefeituras, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.399, de 01 de agosto de 2002, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 42.561/2002;
- Lei Municipal nº 13.881, de 30 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho de Representantes, e dá outras providências (Declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo – ADI nº 118.997.0/4, não transitada em julgado);
- Lei Municipal nº 14.004, de 14 de junho de 2005, que regulamenta a Lei Orgânica do Município em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.212, de 16 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Fls. 10
Folha 08
Proc. Nº 815-17
Livia Salomão Augustina
RF 11.274

- Decreto Municipal nº 45.683, de 01 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta;
 - Decreto Municipal nº 53.685, de 01 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta;
 - Decreto Municipal nº 54.837, de 13 de fevereiro de 2014, que cria o Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativos – CPOP, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - Decreto Municipal nº 57.576, de 01 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Administração Pública Municipal Direta;
 - Decreto Municipal nº 57.802, de 26 de julho de 2017, que dispõe sobre a participação popular na elaboração do Plano Plurianual - PPA 2018-2021 e da Lei Orçamentária Anual - LOA 2018, bem como no acompanhamento do Programa de Metas 2017-2020.
 - PL 236/14, que cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, estabelecendo suas atribuições e composição.
 - PL 107/16, que dispõe sobre o Orçamento Participativo Eletrônico (OP-e) nas Subprefeituras, e dá outras providências
- À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para prosseguimento, conforme despacho do Senhor Presidente de fls. 06.

São Paulo, 02 de abril de 2018.


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414


Christiana Samara Chebib
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472